

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO  
DE LEI Nº 3.267, DE 2019 – CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO**

**PROJETO DE LEI Nº 3.267, DE 2019.  
(Do Poder Executivo)**

*Altera a Lei nº 9.503, de 23 de  
setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito  
Brasileiro.*

**EMENDA AO SUBSTITUTIVO (PARECER) DO RELATOR DADO AO  
PROJETO DE LEI Nº 3.267, DE 2019.**

**EMENDA MODIFICATIVA Nº**

Dê-se à alínea “d”, do inciso I, do artigo 8º do Substitutivo  
apresentado por ocasião do parecer do nobre Relator, a seguinte redação:

Art. 8º .....

I - .....

d) o art. 148-A;

**JUSTIFICAÇÃO**

A apresentação desta emenda se diz com a premente  
necessidade de se recuperar o texto original do PL nº 3.267/19 no ponto em  
que, acertadamente, revogou integralmente o art. 148-A, do CTB, para  
extinguir a obrigatoriedade do exame toxicológico para a habilitação e  
renovação da CNH dos condutores habilitados nas categorias C, D e E.

Busca-se, assim, restituir a proposta primitiva do Executivo quanto à revogação integral do artigo 148-A, do CTB, (obrigatoriedade do exame toxicológico de larga janela) mediante a alteração da alínea “d”, do inciso I, do art. 8º do texto do substitutivo proposto pelo nobre Relator.

Como se sabe, no início de 2016, a Lei nº 13.103/2015 deflagrou os exames toxicológicos obrigatórios em todo país para motoristas habilitados nas categorias C, D e E da CNH.

Dados do DENATRAN, de março de 2016 (quando a referida lei passou a valer) até 2018, apontam que, neste período, cerca de 2.179.747 exames toxicológicos foram realizados, **porém tão somente 42.137 (isto é 1,9%) deram positivos.**

Tal estatística nacional, de per si, bastaria para denotar a ineficiência do método de exame toxicológico conhecido como de “larga janela de detecção”, considerando que, além de o índice de resultados positivos ter se revelado inexpressivo, tal número mostrou ser muito menor que os índices encontrados em amostras coletadas, de forma aleatória, na urina, sangue e fluido oral de motoristas, a partir da fiscalização ostensiva nas vias através do etilômetro e “drogômetro” (estes bem mais eficazes).

**Somado a isso, vale destacar que o Brasil é o único país do mundo que utiliza o exame toxicológico de larga janela como parte de medidas que visam à redução de acidentes de trânsito, não havendo qualquer paralelo com políticas públicas bem sucedidas adotadas em outros países.**

Os favoráveis ao exame toxicológico de larga janela, amparados em meras conjecturas, desconfiam que vários motoristas habilitados nas categorias C, D e E, que seriam usuários de substâncias ilícitas, teriam, supostamente, migrado para as categorias A e B para não serem detectados no exame. Contudo, a verdade é outra!! O mais plausível é

que estes motoristas somente se dispuseram a solicitar a alteração de categoria uma vez que não exercem atividade profissional e, por não dependerem dessas categorias para o próprio sustento, não veem sentido em suportar uma despesa adicional na renovação da CNH na ordem de R\$200,00 a R\$300,00.

Fato é que, baseado em pareceres técnicos elaborados por experts do ramo e por inúmeras entidades de referência nacional, dentre as quais o próprio **Ministério da Saúde, Conselho federal de Medicina, Sociedade Brasileira de Toxicologia – SBTox, Conselho Regional de Biomedicina da 2ª Região (CRBM) e Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo (CFR-SP)**, adoto o entendimento de que **não há qualquer evidência científica que ateste a eficácia do exame toxicológico de ‘larga janela de detecção’ no combate à violência no trânsito e redução de acidentes.**

Ora, além de ineficaz e de exatidão duvidosa, o exame toxicológico de larga janela é altamente custoso para os trabalhadores.

Nesse contexto, estimou-se, até o ano de 2018, a movimentação de mais de R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais); valor este que tem saído diretamente do bolso dos brasileiros; valor este dividido com apenas 14 empresas, em todo o Brasil, que exploram essa atividade econômica; valor este que não tem contrapartida nenhuma aos cofres públicos para que ao menos parte dessa fortuna pudesse ser revertida em favor da segurança no trânsito e redução de acidentes.

Obviamente, a questão do uso de substâncias psicoativas, seja álcool ou drogas ilícitas, por motoristas e o consequente risco do aumento de acidentes é de grande preocupação da sociedade em geral, do Congresso Nacional e deste Parlamentar em especial.

Todavia, este Deputado, também instrutor de trânsito, tem o dever de iluminar a verdade à população, trazendo elementos reais de que este procedimento caríssimo ao bolso dos motoristas brasileiros não se sustenta em evidências científicas que comprovem sua eficácia.

Desgraçadamente, a atual política de segurança viária brasileira no que diz respeito ao uso de drogas no trânsito trafega na contramão daquelas seguidas pelo mundo e está sendo orquestrada por interesses espúrios, desprezando-se os elementos de cunho técnico-científico.

Por fim, quero deixar claro que trabalho incansavelmente perseguindo os mesmos dignos objetivos em busca da redução de acidentes e mortes no trânsito, porém, estou seguro de que não será por meio deste exame toxicológico que atingiremos essas importantes metas.

Acredito que o Brasil precisa de alternativas legislativas e mecanismos realmente eficazes, isto é, baseados em suporte científico idôneo para combater os males do trânsito mediante a adoção de políticas públicas sérias e que não se prestem unicamente ao viés arrecadatório.

Dessa forma, com o intuito de aprimoramento e busca de eficácia do texto inicial do projeto de lei nº 3.267, de 2019, que se apresenta a presente emenda, como forma de resgatar a proposta original que busca a revogação do art. 148-A do CTB.

Sala das Sessões,                      de dezembro de 2019.

**Deputado Federal**

**Abou Anni – PSL (SP)**